

A democracia vacila

Debate União Europeia
João de Macedo Vitorino

Os tempos que vivemos estão a dar-nos uma dura lição: a democracia vacila, tanto na Europa como nas Américas, pois vemos que das consultas aos povos não saem decisões racionais, mas sim escolhas emocionais. Na Venezuela, eleger-se aquele que depois se transforma em tirano. Nos Estados Unidos, as bases dos partidos escolhem candidatos que objectivamente não reúnem as qualidades que racionalmente se requerem de um futuro presidente da maior potência económica e militar à face da Terra. Em França, a xenofobia alimenta a extrema-direita, ao mesmo tempo que o povo elege, sucessivamente, presidentes sem estatutura (intelectual) com base em promessas de vendedores de feira. A Espanha cede a uma extrema-esquerda que, para se vender melhor, é capaz de dizer que é social-democrata; e que apenas a divisão entre constitucionalistas e nacionalistas impediu de chegar ao poder. Podíamos continuar citando, só na Europa, a Áustria, a Hungria, a Polónia, países de onde sopram ventos e reminiscências de tempos que julgávamos que não podiam voltar. Mas bastamo-nos com o Reino Unido, onde o povo, que se tem como exemplo de uma velha e sábia tradição democrática, votou no “Brexit” apenas porque não gosta dos intrusos que fazem a sua economia crescer. Em democracia, diz-se que a vontade do povo é soberana. Mas o que fazer quando não há hipótese de acertar na escolha porque nenhuma é boa, como vai acontecer em Novembro nos EUA? Ou o que dizer quando o povo escolhe o mal para si próprio e para os outros, como foi o caso do referendo no RU? Ou como agir quando o povo se deixa sistematicamente enganar por políticos sem escrúpulos, que, nuns casos se tornam os carrascos de quem os elegeram (Venezuela, Turquia...) e noutros querem o sistema democrático como está para poderem continuar a ser eleitos, como vemos em praticamente todas as democracias?

Estes casos demonstram por si só que a democracia está em crise. Por um lado, porque, sendo as nossas democracias representativas verdadeiras formas de oligarquia, os que disputam o título de representantes do povo visam o poder para os seus fins, nuns casos, pessoais, noutros ideológicos de uma minoria que, em ambos os casos, escondem sob promessas de igualdade e bem-estar colectivo, quando em verdadeira democracia os fins só podem ser os essenciais à vida em liberdade. Por outro lado, porque o povo soberano é incapaz de definir quais os fins comuns da

sociedade em que vive e cede àquele que mais lhe prometer no momento do voto. Demonstram também nos casos isolados da democracia directa que nem aqueles dos quais mais se esperaria, como é o caso dos britânicos, decidem racionalmente.

Responder à pergunta de onde vem essa incapacidade de agir racionalmente não está nas nossas mãos. Mas uma coisa temos por certa: para eleger e governar, a vontade não é suficiente; para que o mundo funcione, não basta querer. O querer dos políticos não é suficiente para que a sociedade progrida indefinidamente como pretendem (nem tal progresso é condição de civilização, diríamos nós). Há limites a esse querer: é a natureza que no-los impõe e não está nas nossas mãos ultrapassá-los. É fácil compreender isto se, em vez da palavra “natureza”, usarmos a palavras “ambiente”. Todos reconhecemos que os grandes planos económicos centralizados falharam quando teimaram em explorar o ambiente para além do possível, ou quando à economia



A democracia, para poder dar-nos a liberdade, precisa de escolhas racionais



de mercado foi deixado caminho livre para poluir e explorar recursos indiscriminadamente. Já é mais difícil a compreensão, se a palavra usada for “economia”, porque a ela não associamos leis naturais, como devíamos, mas antes a vemos como um instrumento da vontade de quem governa. E, por isso, temos governantes que, consciente ou inconscientemente (não sei qual o pior), prometem o impossível: gastar o

que não temos ou não pagar aos credores e ao mesmo tempo pedir-lhes mais dinheiro. Mais difíceis ainda são os limites à suficiência da vontade que resultam da própria natureza humana, cuja compreensão, certamente, nos tornaria a todos suficientemente sábios para fazer as nossas escolhas racionalmente e poder viver livres e em democracia.

O que temos por certo permite, isso sim, mais uma última reflexão: a democracia, para poder dar-nos a liberdade, precisa de escolhas racionais. Se insistirmos em propor aos eleitores escolhas irracionais e o povo insistir em escolhas sentimentais, a democracia acabará por falhar e cederá o lugar a outras formas de governo em que a liberdade cederá, por sua vez, a outros fins com ela incompatíveis, sejam eles o bem-estar social ou a igualdade, seja eles os fins individuais de um qualquer ditador.

Advogado, Macedo Vitorino & Associados

“Sigamos o cherne”! ou a ecologia do fim da Europa

Debate União Europeia
Paulo Mendes Pinto

Corria o mês de Março de 2002, quando, no final da campanha eleitoral, Margarida de Sousa Uva brindava o universo das imagens políticas com uma comparação que não mais largaria Durão Barroso. “O Zé Manel, se fosse peixe, era um cherne”, dizia a esposa do futuro primeiro-ministro, dando ao marido uma aura de buscador de sonhos, de líder que é seguido, usando para isso o poema *Sigamos o cherne* de Alexandre O’Neill. Ora, a imagem já antiga que num comício tanto nos fez rir volta a ser actual e, quem sabe, com uma profundidade que quem a proferiu nunca imaginou possível. De facto, a imagem do cherne ganha cada vez mais sentido. Seguindo a caracterização do site Mar de Portugal da Ciência Viva, descobrimos o seguinte sobre o cherne:

“Os juvenis formam cardumes e encontram-se junto a objectos flutuantes, enquanto os adultos são solitários, podendo ser observados em grutas ou em destroços.”

Toda a imagem, numa verdadeira poética de vida, está muito bem resumida nesta definição. Se “os juvenis formam cardumes”, tal como aconteceu nas milícias depois abandonadas dos anos pós-25 de Abril, “os adultos são solitários”, o que facilmente se pode perceber de alguém que virou costas ao colectivo do seu partido e da sua nação para abraçar um cargo europeu, abandonando o governo, fazendo aquilo que pouco tempo antes António Guterres recusara fazer.

Mas mais... Se os últimos desenvolvimentos com o novo emprego apenas mostram a continuação desse designio do ser-se solitário, aparentando pensar-se apenas na sobrevivência individual, onde os colectivos e as naturezas dos cargos e funções parecem nada significar, a não ser mais um ponto no currículo, o final da definição do Ciência Viva ajuda-nos a entrar por uma porta estrondosa na questão ecológica do cherne: “podendo ser observados em grutas ou em destroços”...

É exactamente a forma como podemos duplamente caracterizar a herança de Durão Barroso. Dois “destroços” são o motor da sua acção. Por um lado, o destroço em que deixou a Europa com a sua direcção da Comissão Europeia, uma União sem rumo nem projecto, a que se junta a sua inigualável participação, em bicos de pés, na célebre Cimeira das Lajes onde se deu corpo a uma das mais odiosas mentiras contemporâneas. Por outro lado, os “destroços” que são verdadeiramente vampirizados por empresas como aquela para quem agora Durão Barroso trabalha, entidades que somaram fortunas loucas com a desgraça em que a Europa caiu, com a crise, com os problemas de défice, com o



“Brexit”, agora – tudo aspectos conjunturais onde Barroso foi actor central...

Tal como o cherne, que pode viver 80 anos, José Manuel Durão Barroso tem uma vida política longa. Mas uma vida política que consegue não distinguir aquilo que tão bem Marcelo Rebelo de Sousa soube, ironicamente, chamar pelo nome: Durão Barroso atingiu “o topo da vida empresarial”.

E nada há de mal em ser-se empresário. O mal está em não se saber, ecologicamente,

“Durão Barroso teve muito tempo para pensar e reflectir. Tomou uma decisão digna de um cherne. Solitário”



que os constrangimentos de uns impedem a salubridade das acções dos outros. Sim, porque, infelizmente, todos bebemos do descrédito que é lançado pela Europa, pelas suas instituições, pela noção de política, quando um cherne decide viver de destroços dos outros.

A questão é verdadeiramente ecológica. O tal Durão Barroso apenas parece ter-se esquecido que o seu lugar seria o do

homem de Estado, não o empresário. Era isso que era esperado de quem foi primeiro-ministro e presidente da Comissão Europeia. A valorização da causa pública, da vida da *Res publica*, precisava que um indivíduo como ele percebesse, sem que fosse preciso explicar-lhe, que há uma coisa a que se chama dignidade. E a “dignidade” não é a dele, é a dos cargos que ocupou representando-nos.

Mas, claramente, nada há a fazer. O processo de contratação foi longo, como se sabe, e Durão Barroso teve muito tempo para pensar e reflectir. Tomou uma decisão digna de um cherne. Solitário, escondido nos destroços de que se alimenta, falou-nos em universidades, em conferências e disse não ser candidato presidencial; afinal, era para a Goldman Sachs que tudo já se alinhava.

Simplemente, tenho vergonha. Mas tenho o orgulho de nunca o ter conhecido.

Professor na Universidade Lusófona